

RESENHA

A ESCRITA E A LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ESPAÇO PARA PRODUÇÃO DE AUTORIA

Márcia Antonia Guedes MOLINA¹

O livro *A escrita e a Leitura no Ensino Fundamental: Espaço para Produção de Autoria*², da Professora Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Produção de Textos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, Mestre em Letras e concursada na Prefeitura Municipal de Campo Grande, Milsa Duarte Ramos Vaz, tem como objetivo divulgar os resultados de sua pesquisa de mestrado, intitulada *A escrita e a leitura, no 8º e 9º ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Agrícola, em Campo Grande – MS: Espaço para a Produção com Autoria*. A obra está organizada em três capítulos e, embora necessite de uma rigorosa revisão, apresenta uma boa sugestão de como se trabalhar o gênero relatório com alunos do Ensino Fundamental.

A autora inicia apresentando, na Introdução, as dificuldades com que se deparam os professores de Língua Portuguesa, especialmente aqueles que têm como sujeitos de aprendizagem alunos advindos de escolas de campo, denunciando que o analfabetismo funcional, a despeito de declarações adversas, está longe de ser resolvido. Na sequência, ainda nesta parte introdutória, alega estar centrada em Kock e Elias (2000, 2002, 2009 e

1 Pós-doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade de São Paula; Doutora em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo. Docente Adjunta do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão. Endereço eletrônico: <marcia.molina@ufma.br>.

2 VAZ, Milsa Duarte Ramos. *A escrita e a Leitura no Ensino Fundamental: Espaço para Produção de autoria*. Curitiba: Appris, 2018.

2012), tendo escolhido, portanto, a teoria interacionista para guiar seu olhar sobre o texto, já que entende os estudantes atores, “[...] sujeitos ativos que dialogicamente se constroem e são construídos no texto.” (p. 11). Ancorada também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa e em autores como Bakhtin (1979, 2002, 2003), Geraldi (1991), Marcuschi (2010), dentre outros, aponta a importância de se levar o gênero dramático à escola, já que alunos de escolas do campo “nunca” têm possibilidade de irem ao teatro. Apesar do radicalismo da afirmação, a iniciativa é louvável, já que o trabalho com textos dramáticos lhes oportuniza o contato com textos naturalmente dialógicos, mostrando-lhes que é importante ter o que dizer e a quem se dizer. Assim, inicialmente, foram propostas atividades de produção de texto de teatro para os alunos da 8º ano da Escola Municipal Agrícola, onde se desenvolveu a pesquisa.

Mas é somente no primeiro capítulo, intitulado “Autor e Autoria”, que fica realmente esclarecido o objetivo do livro: descrever os resultados da pesquisa realizada com seus alunos de 8º e 9º anos da escola Municipal Agrícola, a quem fora solicitada a produção de um texto no gênero relatório. A autora inicia apresentando uma síntese da concepção de autor, ancorada em autores como Chartier (1994), Bakhtin (opus cit.), Orlandi (1998), dentre outros, concluindo de forma pouco esclarecedora que “[...] para ser autor é preciso que se historicize o que se escreve, e não ser um sujeito que repete tudo, pois o sentido que não é historicizado torna-se sem sentido, sem interpretação e falho [...]” (p. 36). Na sequência, passa a discutir a questão já tão debatida relativa à oralidade e à escrita e o papel da escola no trabalho de valorizar o texto oral, para que os alunos – sobretudo os advindos do mundo rural – possam ampliar o seu vocabulário e ter consciência efetiva do que se faz ao falar.

No segundo capítulo, discute a produção textual na escola (sem especificar com clareza a que tipo de texto se refere), entendendo-a como fruto de um diálogo constante, em especial no trabalho de reescrita coletiva, entre as vozes do professor e alunos. Ancorada

novamente em Bakhtin, elenca vários dos sentidos do termo “discurso”, mostrando com Brandão (2003) que, ao “[...] se produzir linguagem, os falantes produzem discursos.” (p. 62). Continuando, sublinha os gêneros orais e escritos, iniciando pelos postulados de gênero centrados em Bakhtin (*opus cit.*) e em Bazerman (2005). No mesmo capítulo, diz propor uma distinção entre oralidade e oralizar (mas não o fez com clareza), lembrando que no passado, nas poucas vezes em que a modalidade oral era ensinada, a preocupação centrava-se na norma culta, e que o papel do professor era de retor, corretor. Lembra ainda que esse cenário só começaria a mudar com os PCNs, documento que preconiza que ensinar língua é ensiná-la “[...] nas situações de comunicação, ou seja, a oralidade, a escrita, a leitura e a escuta.” (p. 69). No mesmo capítulo, discute a importância de uma prática de linguagem significativa e, apoiada em Dolz e Schneuwly (2004), assume que “[...] prática de linguagem é aquela associada ao funcionamento da linguagem no interior das práticas sociais.” (p. 63). Exatamente por isso, direciona a proposta no gênero relatório, visto que esse é requisitado normalmente por professores do Curso Técnico em Agropecuária, depois de trabalhos de campo e importante para inserção dos discentes no âmbito profissional. Ao iniciar os trabalhos, recorre aos inúmeros conceitos dados ao gênero, esquecendo, contudo, que esse é normatizado pela primeira vez pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob o número 10719-2011. Na última parte do capítulo, apresenta a produção dos textos realizada pelos alunos na aula de campo, fruto de um “[...] roteiro de relatório[...]”, que previa tanto uma ficha técnica da aula, quanto o relato discursivo desta, com: Introdução, objetivos, procedimentos da observação, resultados, conclusões, outros comentários e referências. Informa a autora que os relatórios produzidos foram discutidos em aula, momento em que foram propostas, quando necessário, atividades de reescrita, para que os jovens pudessem, “[...] a partir dessa correção [...] construir um novo olhar, ou seja, ver o seu próprio texto de maneira diferente.” (p. 91). Para análise das produções, a autora informa, sem estabelecer

com clareza os critérios, três categorias: gênero do discurso e atividade estética; compreensão ativa e atividade responsiva; autoria, fazendo-nos crer que, para isso, analisou a Introdução, Procedimentos e Conclusão. Dessa análise depreendeu que os relatórios apresentavam-se “desorganizados”, embora expressassem o que lhes deixava “felizes” durante as aulas práticas. O que apontou – e que foi bastante significativo – foi o fato de os alunos terem manifestado a vontade de reescreverem seus textos, mostrando, de acordo com a autora, que “[...] estavam prontos para iniciar a fase de transformação do texto na aprendizagem da escrita”. (p. 95). Durante a atividade de reescrita, informa que reconheceu três conjuntos de textos: os poucos desenvolvidos, em relação ao conteúdo; os mais informativos e os que, em número reduzido, avançaram para além da média do grupo, exemplificando e discutindo cada um desses conjuntos.

No terceiro e último capítulo, apresenta os textos dos alunos e as análises efetivas das produções, iniciando pela retomada de alguns dos conceitos tratados no primeiro capítulo, para depois passar efetivamente às discussões. Esclarece que foram selecionados dez textos, levando em consideração a assiduidade dos alunos (um critério que nos pareceu levemente estranho) e a quantidade de textos produzidos por eles. Em relação ao gênero relatório, aponta que o uso da argumentação está presente por meio de operadores argumentativos, que os alunos atenderam aos objetivos da proposta de produção e que usaram suas vozes de autores para elaborar até críticas severas a algumas das aulas assistidas. Os textos, em geral, apresentavam as três categorias elencadas mas, no âmbito estético, muitos estavam aquém do desejado. Esclarece também que muitos textos revelavam desvios relativos ao padrão culto e variantes diatópicas normalmente presentes na Região Nordeste, como “carriola”, “vassoirão”, embora o trabalho tenha se desenvolvido em Campo Grande.



Em “Algumas considerações”, a autora aponta que a pesquisa evidenciou o envolvimento dos sujeitos, ocasionando uma maior autonomia em relação à produção textual. O processo de reescrita favoreceu-lhes que empreendessem um olhar mais crítico sobre suas produções e que assumissem seus papéis de autores e revisores de seu próprio texto, despertando-lhes mais consciência e mostrando-lhes a necessidade de reflexão na e para a criação textual.

Apesar de, como já mencionado, o livro carecer de uma rigorosa revisão no que diz respeito, principalmente, ao aspecto organizacional, pode ser uma leitura norteadora preliminar para professores do Ensino Fundamental que ainda estejam iniciando os seus trabalhos em aula com Produção Textual, de modo especial, no que diz respeito ao trabalho com o gênero relatório.

Envio: Janeiro de 2020
Aceite: Março de 2021